

## **Resolução da VII Conferência Nacional da Articulação de Esquerda**

### **Apresentação**

A VII Conferência Nacional da Articulação de Esquerda (AE), realizada nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2004, em São Bernardo (SP), aconteceu num momento delicado da vida partidária: logo após as eleições municipais e na ante-sala da renovação das direções partidárias, que por sua vez antecede as eleições presidenciais de 2006.

Isso tudo num contexto internacional muito difícil, em que forças de centro e esquerda vencem eleições importantes na América Latina (Venezuela, Uruguai e Nicarágua, por exemplo), ao mesmo tempo em que a direita mais conservadora vence as eleições norte-americanas.

A reeleição de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos — dessa vez sem contestações ou indícios mais claros de fraude — acentuará as tensões internacionais já decorrentes de seu primeiro mandato. Aquele país optou claramente por uma tática imperial belicista e por um caminho de unilateralismo, que engloba o desrespeito a qualquer convenção internacional mediada pela ONU, a internacionalização de conflitos localizados, a tentativa de impedir o surgimento de qualquer oponente à altura no campo militar e o relegar potências européias a um papel de meras coadjuvantes no cenário global. A crescente instalação de bases militares norte-americanas em todo o mundo é mais uma evidência dessa orientação. O quadro é tanto mais grave se atentarmos que a expansão da economia mundial segue com debilidades evidentes no centro do sistema e a recessão norte-americana não está totalmente superada. Em uma expressão, podemos dizer que Bush adota como programa de governo no plano global o neoliberalismo armado.

A eleição de John Kerry, do Partido Democrata, não iria alterar substancialmente esse quadro geral, por dois motivos. O primeiro deles é que, mesmo antes da campanha, Kerry já vinha se aproximando do discurso de “morte ao terrorismo”, esgrimido por seu oponente republicano, na tentativa de ganhar fatias do eleitorado conservador. O segundo é que o comportamento do Partido Democrata no poder é, muitas vezes, mais agressivo do que o dos republicanos. Quem aumentou sobremaneira a escalada no Vietnã e concretizou a tentativa de invasão a Cuba, no início dos anos 1960, foi John Kennedy; e quem desfechou uma guerra contra a Bósnia, três décadas depois, foi Bill Clinton, ambos democratas.

Apesar do crescimento econômico vigoroso apresentado na última década, a China está longe de (e nem dá indícios de que pretenda) representar no plano militar uma concorrente à altura do poderio imperial.

No terreno latino-americano, a tática imperial prossegue na instalação de bases militares na América hispânica, no aprofundamento do Plano Colômbia, na intervenção no Haiti e no recrudescimento das ameaças a Cuba.

Os EUA sofreram um sério revés na Venezuela, onde, após duas tentativas de retirar o presidente Hugo Chávez do poder pela força, tiveram de engolir sua vitória no referendo revogatório de 15 de agosto último. Tal feito foi reconfirmado pelas eleições de governadores no

final de outubro, quando as forças leais ao governo conquistaram as administrações de 20 entre os 22 estados do país.

Além da vitória popular na Venezuela, o quadro latino-americano caracteriza-se pela histórica vitória da Frente Ampla nas eleições presidenciais uruguaias e pelas tentativas de resistência do governo Nestor Kirchner ao FMI.

Neste quadro internacional e logo após as eleições municipais de 2004, a VII Conferência Nacional da AE buscou aprovar diretrizes que nos permitam prosseguir a disputa de rumos do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores.

Para tal, a resolução da VII Conferência começa com um balanço das eleições municipais de 2004 — cujo resultado reforça, a nosso ver, a necessidade de uma alteração nos rumos do governo e do partido.

Em seguida, a resolução defende uma plataforma mínima de ação para o Partido, no período 2005-2006, incluindo: uma nova política econômica; reatar laços com a militância político-social; reorganizar o Partido dos Trabalhadores.

A resolução apresenta, também, qual deve ser, a nosso ver, a tática da esquerda petista no Processo de Eleição Direta (PED) das novas direções partidárias.

Concluimos o texto apresentando um plano de organização para a Articulação de Esquerda, no biênio 2005-2006, nas diversas frentes em que atuamos.

Como já foi dito, nosso texto defende uma mudança de rumos do governo, uma alteração no funcionamento do Partido e uma reafirmação da estratégia democrático-popular e socialista.

### **Balanço das eleições**

O Partido dos Trabalhadores deve fazer um balanço profundo das eleições municipais de 2004. Cada direção municipal, cada diretório estadual, deve analisar os resultados obtidos, confrontando-os com a história e com os objetivos que o PT havia se proposto a alcançar, nessas eleições.

Neste balanço, devemos precisar qual a influência dos fatores estritamente municipais, locais, regionais; e qual a influência dos fatores nacionais, gerais.

O Partido dos Trabalhadores disputa eleições municipais desde 1982. Naquele ano, elegemos 2 prefeitos. Em 1985, elegemos a prefeita de Fortaleza. Em 1987, o prefeito de Vila Velha. Em 1988, vencemos em 36 importantes cidades, entre elas São Paulo, Vitória e Porto Alegre. Em 1996, elegemos 54 prefeitos/as. Em 1996, mais que dobramos, elegendo 115 prefeitos/as. Em 2000, elegemos 187 prefeitos/as. Em 2004, finalmente, elegemos 411 prefeitos e prefeitas.

O crescimento numérico foi acompanhado por uma expansão geográfica. Mesmo assim, está claro que — de 1988 até 2000 — a maior parte das prefeituras governadas pelo PT se concentrava na região sudeste e sul do país. Em 2000, por exemplo, esta região concentrava 131

prefeituras governadas pelo PT; enquanto o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste reuniam 56 prefeituras.

Quanto ao número de habitantes, a trajetória do PT mostra um crescimento constante nas cidades com até 50 mil habitantes (21 em 1988, 35 em 1992, 87 em 1996, 127 cidades em 2000). Mostra um crescimento mais modesto nas cidades acima de 50 mil e abaixo de 200 mil habitantes (6, 9, 19, 31 cidades, respectivamente).

O dado politicamente mais revelador, entretanto, é o relativo às cidades com mais de 200 mil habitantes. Em 1988 o PT foi eleito em 9 destas cidades; em 1992, em 10 delas; e, em 1996, foi eleito novamente em 9 cidades com mais de 200 mil habitantes. Já em 2000 houve um salto: o PT elegeu-se em 29 cidades com mais de 200 mil habitantes, sinalizando a ascensão que o levaria a conquistar, em 2002, a Presidência da República.

O quadro fica ainda mais claro se considerarmos a população total residente nas cidades governadas pelo PT:

1988: 14,9 milhões  
1992: 8,3 milhões  
1996: 7,9 milhões  
2000: 28,8 milhões

A curva é clara: ascendente em 1988, inicia um descenso em 1992 e 1996 (anos de hegemonia neoliberal) e torna-se fortemente ascendente em 2000.

Portanto, a trajetória do PT em eleições municipais combina dois movimentos distintos, um constante, outro variável:

a) um deles, constante, é o do crescimento em número de prefeituras, vereadores, vices e eleitorado, mostrando que o partido vai se capilarizando e se nacionalizando;

b) outro deles, variável, oscilando ao sabor da conjuntura nacional, é expresso no porte das cidades que governamos, no número de habitantes ou de eleitores que ali residem.

As eleições de 2004 apresentam, de maneira combinada, os dois movimentos: a continuidade do crescimento; e, ao mesmo tempo, uma oscilação negativa nas grandes cidades.

O crescimento fica claro quando olhamos os resultados quantitativos em geral, sem distinguir o porte das cidades: os números absolutos de 2004 mostram que o Partido ampliou o seu número de eleitores, o número de prefeitos/as e vereadores.

O PT foi o partido mais votado, tanto no primeiro (16,3 milhões de votos) quanto no segundo turno (6,9 milhões de votos).

Em 2000, o PT ficou em quarto lugar, entre os votos válidos, atrás do PSDB, PMDB e PFL. Já em 2004, o PT ficou em primeiro lugar entre os votos válidos (17,2%), superando o PSDB (16,5%), o PMDB (15%) e o PFL (11,8%).

Elegemos 411 prefeitos/as, contra 187 eleitos em 2000 (um crescimento relativo de 120%, superado apenas pelo PCdoB e pelo PV, que entretanto elegeram 10 e 56 prefeituras, respectivamente).

Crescemos, também, em número de vereadores: 118 em 1982; 900 em 1988; 1.100 em 1992; 1.895 em 1996; 2.485 em 2000; 3.679 vereadores eleitos em 2004, num total de 10.431.085 votos ou 10,7% do total de votos válidos para vereador em todo o país, o que nos permitiu eleger 7,1% do total de vereadores/as existentes no Brasil.

Somos, portanto, o terceiro partido mais votado para vereador (atrás do PMDB e do PSDB), quando em 2000 éramos o quinto partido mais votado.

Os 3.679 vereadores/as eleitos pelo PT estão presentes em 2345 municípios (42% do território brasileiro), um número bastante superior ao de 2000 (quando elegemos vereadores em 1.482 municípios).

Para produzir este resultado eleitoral, o PT lançou candidatos em cerca de 5.000 municípios, elegendo 411 prefeitos, 312 vice-prefeitos e apoiando 937 chapas majoritárias vencedoras. Ao todo, o PT participou de 1.660 governos municipais ou 30% dos municípios brasileiros.

Em resumo: quando olhamos os resultados quantitativos em geral, sem distinguir o porte das cidades, constatamos que o PT obteve em 2004 mais uma vitória eleitoral: ampliamos o número de eleitores, o número de prefeitos/as, o número de vices-prefeitos/as e de vereadores/as.

Mas quando olhamos o resultado do ponto de vista qualitativo, ou seja, quando observamos não apenas os números gerais da eleição, mas também o resultado alcançado nas cidades mais importantes, constatamos que o PT sofreu um revés nas eleições de 2004.

Se considerarmos, por exemplo, o número de eleitores residentes nas cidades governadas pelo PT, em 2000 e 2004, vemos o seguinte:

2000: 21,5 milhões

2004: 17 milhões

Se analisarmos estes números, mais aqueles citados anteriormente, temos uma curva bastante clara: ascendente até 1988, inicia um descenso em 1992 e 1996 (anos de hegemonia neoliberal), torna-se fortemente ascendente em 2000 e inflete para baixo em 2004.

Alguns setores do Partido buscam relativizar esta inflexão. Lembram que o PT elegeu prefeitos em 23 das 96 maiores cidades brasileiras (12 no primeiro turno, 11 no segundo turno), governando 9 capitais.

Outro argumento utilizado para dizer que não sofremos uma inflexão em 2004 é o número de capitais em que fomos vitoriosos: 6 em 2000 e 9 em 2004.

Acontece que o peso político das capitais em que o PT foi vitorioso em 2000 era maior do que o peso político das capitais em que vencemos no ano de 2004. As derrotas em Porto Alegre, São

Paulo, Belém e Goiânia não são compensadas pelas novas vitórias em Fortaleza, Vitória, Porto Velho, Palmas etc.

É claro, entretanto, que temos o que comemorar nas eleições de 2004. Além do que foi dito anteriormente, citamos ainda: a reeleição de 44% de nossas prefeituras, inclusive nas capitais de Recife, Aracaju e Belo Horizonte; o crescimento de nossa votação popular, em cidades como São Paulo; a ampliação da presença partidária, no norte, nordeste e centro-oeste; os resultados em Fortaleza e em Vitória (bem como em Cariacica).

Mas não há como desconhecer o seguinte: o PT não atingiu seu objetivo central nas eleições de 2004 — objetivo estabelecido em seguidas reuniões do Diretório e da Executiva Nacional — que era o de deslocar para a esquerda a correlação de forças do país.

Noutras palavras, tratava-se de dar continuidade ao que se viu nas eleições de 2000 e 2002, preparando o terreno para uma nova vitória em 2006.

Esse objetivo não foi atingido. Pelo contrário, foi a direita que teve sucesso, bloqueando e revertendo aquela tendência que vinha de 2000/2002, enfraquecendo nossas chances de vitória em 2006.

Esta derrota é mais evidente em dois estados.

É evidente no estado de São Paulo, onde perdemos cidades estratégicas, como São Paulo, Ribeirão Preto, Piracicaba, Campinas e Santos; onde tivemos desempenhos ruins em cidades como São Bernardo do Campo; e onde ganhamos por pouco, como em Diadema.

E é evidente, também, no estado do Rio Grande do Sul, onde perdemos cidades igualmente estratégicas, como Porto Alegre, Pelotas e Caxias do Sul.

As eleições de 2004, portanto, acenderam um sinal amarelo para a esquerda e um sinal verde para a direita, que já fala abertamente em abandonar a estratégia de “contenção” (conviver e cooptar o governo Lula) e passar para a estratégia de “aniquilação” (derrotar o PT e o governo Lula).

É por isso que achamos necessário reconhecer que o PT sofreu uma derrota política em 2004. Derrota que nós, da Articulação de Esquerda, já havíamos percebido estar em curso — ver a esse respeito a avaliação feita pela direção nacional da tendência, no dia 15 de outubro.

Fomos derrotados, o PT foi derrotado nas eleições de 2004, porque as eleições mostraram existir uma reversão na tendência popular que nos levou a vitórias importantes em 2000 e à Presidência da República, em 2002.

Se esta reversão não for detida, podemos colher uma derrota política e eleitoral em 2006.

Portanto, determinar as causas da derrota política que sofremos em 2004 é algo essencial.

Alguns setores do Partido acham que não houve uma derrota política. Pelo contrário, falam em vitória eleitoral. Outros reconhecem que tenha havido derrota, mas argumentam que não há uma única explicação, mas sim um conjunto de explicações, particulares e não generalizáveis.

Evidentemente, numa eleição municipal há causas locais e regionais que devem ser consideradas. Por outro lado, as causas nacionais influenciam diferentemente cada situação específica. É isto que explica o fato de termos obtido, ao mesmo tempo, numa mesma conjuntura nacional, vitórias e derrotas importantes.

É compreensível que vários setores do Partido resistam a debater em profundidade as causas de nossa derrota. Por isso mesmo, talvez seja útil inverter a questão e responder ao seguinte: porque a direita conseguiu uma vitória política nas eleições de 2004, criando um cenário mais favorável para ela disputar as eleições gerais de 2006?

Em nosso entender, há três razões fundamentais que explicam a vitória obtida pela direita.

A primeira dessas razões foi a unidade da burguesia, já no primeiro turno, mas principalmente no segundo turno.

Nas eleições de 2002, a burguesia e a direita estavam divididas. Em 2004, ao contrário, os principais setores do grande capital e da direita se concentraram contra o PT, concentração que beneficiou principalmente o PSDB e suas linhas auxiliares, numa reaglutinação do conservadorismo e do empresariado em torno de uma tática anti-petista.

É certo, e isto é o fator decisivo, que este foi o comportamento da burguesia enquanto classe nas batalhas estratégicas da disputa eleitoral, como São Paulo, Porto Alegre e outras cidades importantes. Mas é preciso atentar para o fato de que tratou-se de um processo desigual e combinado pelas diferentes regiões do país e conforme as distintas frações de classe da burguesia.

Assim, ao lado da verdadeira guerra de classes no Rio Grande do Sul, foi possível observar também um apoio efetivo de setores da burguesia a candidaturas do PT em determinadas regiões e conjunturas, como se deu, por exemplo, com o setor sucro-alcooleiro na região de Ribeirão Preto (SP); e com outros setores empresariais, em várias disputas importantes na região Norte do país.

Em suma, se é claro que a burguesia adotou como estratégia principal impor uma derrota ao PT nos principais centros, concentrando os seus recursos e o aparato de Estado disponível para confrontar nossas candidaturas, parece evidente que não deixou desguarnecidos os flancos que podem dar sustentação a uma eventual reedição da aliança do PT com os setores beneficiados pela atual política econômica do governo federal, na dependência da evolução da conjuntura econômica e do quadro político do país nos próximos meses. Não é outra, aliás, a origem da pressão de vários setores burgueses para ampliar o seu espaço na máquina do governo federal.

Questão derivada desta é o financiamento das campanhas. O Partido precisa rever radicalmente suas políticas de financiamento, colocando na pauta prioritária do Congresso Nacional a proposta de financiamento público das campanhas eleitorais. As repercussões ideológicas e políticas negativas do financiamento privado, evidenciadas em casos como o de

Waldomiro Diniz e Rogério Buratti, são devastadoras e precisam ser debatidas de forma franca e profunda no interior do partido.

Retornando ao comportamento da burguesia no processo eleitoral: as figuras mais notórias da direita brasileira (ACM, Sarney), mesmo quando aparentemente "apoiadas" pelo Planalto, se enfrentaram com candidaturas petistas (como ocorreu em Salvador e Imperatriz).

É importante ressaltar estes fatos, pois eles demonstram que — ao contrário do que sugere a ultra-esquerda e apesar da política implementada pelo governo federal (ou, quem sabe, para garantir a sua continuidade) — o grande capital opera consciente e deliberadamente para derrotar o PT.

Paradoxalmente, portanto, apesar da política econômica adotada pelo governo federal, a burguesia não teve dúvidas em concentrar suas energias contra o PT, seja para evitar que um fortalecimento do Partido gerasse ânimo para uma “esquerdização” do governo; *seja porque a burguesia não pretende terceirizar a aplicação de suas políticas.*

Como reconheceu, recentemente, um dirigente da ala moderada do PT: “a elite que elogia a política econômica é a mesma que operou para derrotar o Partido nas eleições”.

A segunda razão que explica a vitória política da direita nas eleições de 2004 é a redução no ânimo da classe trabalhadora, mais exatamente dos seus setores organizados.

Esta redução no ânimo, no entusiasmo, reduziu o caráter militante das campanhas eleitorais, especialmente no primeiro turno. Nosso desempenho nas regiões de concentração operária, especialmente no ABC, deve ser visto como um sinal de alerta nesse sentido.

No caso de algumas categorias — como bancários, servidores públicos, professores universitários — houve mais do que uma redução no ânimo: houve hostilidade aberta, que pode ter-se transformado inclusive em abstenção, voto nulo, em branco ou até mesmo voto em candidaturas de centro-direita.

É provável que a atitude do governo federal frente à greve dos bancários, por exemplo, tenha tido fortes repercussões eleitorais ali onde a disputa foi apertada.

Apesar disso, de maneira geral não houve deslocamentos em direção ao PCdoB ou ao PSTU, nem tampouco em direção às candidaturas apoiadas pelo PSOL. Fracassou a tentativa de construir uma alternativa eleitoral à esquerda do PT. O que confirma uma opinião que temos defendido, desde o final de 2002: nas atuais condições históricas, não existe alternativa (eleitoral ou não) à esquerda ao governo Lula e ao PT. Ou o próprio governo Lula e o PT giram para a esquerda, ou será a direita quem colherá os frutos da decepção popular.

A falta de ânimo dos setores organizados ajudou a gerar aquilo que os analistas têm denominado de “deslocamento da classe média para a direita”.

O que são as “classes médias”? De maneira geral, o que chamamos de classes ou setores médios compõem um setor social integrado pelo estrato inferior da burguesia e pelo estrato superior da classe trabalhadora.

Noutras palavras: pequenos proprietários urbanos, trabalhadores com salários superiores à média e/ou ocupando funções de gerência etc.

Esses setores constituem uma importante força política e eleitoral, cujo comportamento sempre foi historicamente flutuante.

Estes setores médios apoiaram FHC e o Real em 1994, começaram a se decepcionar em 1998, se deslocaram para o PT e Lula em 2000 e 2002 e, agora, começam a voltar em direção ao PSDB e à oposição anti-petista.

Há vários motivos que explicam esse deslocamento para a direita, por exemplo a unidade da burguesia e o desânimo dos setores organizados da classe trabalhadora.

Mas o principal motivo — que explica inclusive os dois outros, já citados — é a decepção com as políticas implementadas pelo governo federal.

Num resumo grosseiro, os setores médios percebem a política do governo federal da seguinte forma: tirar dos remediados para distribuir aos pobres, sem tocar nos ricos.

Esta percepção gera uma forte crítica ao governo federal, em alguns casos “de esquerda”, mas geralmente de direita.

(Importante dizer que, caso nosso governo federal estivesse com uma política claramente voltada a derrotar o setor financeiro, isso não garantiria o apoio dos setores médios. O exemplo do Chile, no governo da Unidade Popular; e o exemplo da Venezuela, no governo Chavez, mostram que a direita e o grande capital têm forte influência sobre os setores médios. Mas, nesse caso, como também mostra a Venezuela, seria possível ter um apoio mais sólido junto aos setores populares e à militância de esquerda.)

É evidente que a nossa presença no governo federal também repercutiu positivamente na campanha eleitoral, ajudando a explicar nosso crescimento em algumas regiões e camadas sociais. Mas o efeito sobre os trabalhadores organizados e os chamados “setores médios” foi *principalmente* negativo.

Esta é a terceira razão, portanto, da vitória política da direita nas eleições de 2004: o deslocamento, para a direita, dos chamados setores médios.

É importante dizer que a direita organizou, preparou, planejou esta vitória.

Contrariando os setores moderados do PT, que pensavam que uma política econômica moderada neutralizaria a direita; e ao contrário também do que pensa a ultra-esquerda, para quem o governo Lula é “o governo do capital”, a direita brasileira organizou, desde o início de 2003, a vitória que obteve agora.

Vale a pena analisar os principais aspectos deste processo.



No início de 2003 e até agora, o governo Lula deu continuidade a aspectos essenciais da política econômica do governo tucano.

Alguns setores do PT pensaram que isto teria “tirado o discurso” da direita. Na verdade, isto parece ter “tirado o discurso” da esquerda, ao menos no que toca ao debate programático.

Ao retirar de cena o debate sobre o neoliberalismo, o debate sobre o projeto nacional, o confronto político-ideológico entre petismo e tucanato, o governo Lula preparou um terreno favorável à vitória da centro-direita.

Primeiro, livrando-os do debate sobre a “herança maldita”.

Segundo, gerando contradições entre nosso governo e nossa base social.

Terceiro, tirando do PT e da esquerda a condição de “portadores da mudança”.

Quarto, pasteurizando o debate político, que foi remetido a temas “municipais”, “locais”, “gerenciais” (quando todos sabemos que estas questões são fortemente limitadas pelas macro-políticas nacionais).

Os partidos de direita não tinham interesse em contestar a política econômica implementada pelo governo federal, seja porque concordam com ela, seja porque estamos num daqueles momentos em que uma política econômica globalmente negativa gera alguns efeitos positivos de curto prazo.

Algo que ocorreu sob o governo FHC e que pode voltar a ocorrer sob o governo Lula, hipótese que leva setores do PSDB a tratar com cautela suas perspectivas eleitorais em 2006, apesar das vitórias obtidas em 2004.

Os partidos de esquerda que apóiam o governo Lula, por sua vez, também não tinham interesse em contestar a política econômica do governo federal, seja pelos mesmos motivos da direita; seja porque se avaliou que isto seria eleitoralmente contraproducente; seja para não ter que “justificar” (ou questionar) a postura do governo em temas como a taxa de juros, o pequeno reajuste do salário mínimo e a reforma da previdência.

O fato de o debate macro-econômico ter perdido peso na campanha eleitoral de 2004 impediu que o trabalho realizado em 2000 e 2002, de contestação ao neoliberalismo, tivesse continuidade.

Isso prejudicou o PT e fortaleceu principalmente o PSDB. E fez com que, em muitas cidades, o debate fosse concentrado nas políticas locais, como se não houvesse conexão entre a ampliação dos serviços públicos, a segurança e o desemprego, com o predomínio dos interesses do capital financeiro na economia nacional.

Sem ter a necessidade de enfrentar o PT no grande debate programático, a centro-direita deslocou sua crítica para outro terreno: o da política.

Nesse terreno, concentrou seu ataque em três críticas principais: da democracia, da ética e da eficiência gerencial.

Já tratamos, na resolução aprovada pela direção nacional da AE em março de 2004, da questão ética.

Sobre isso, portanto, só queremos acrescentar que algumas das alianças praticadas na eleição de 2004, por exemplo, com Paulo Maluf, forneceram excelentes argumentos adicionais para os ataques hipócritas que a centro-direita faz contra nós — ataques feitos muitas vezes por gente que, em pleno século XXI, mantém de maneira generalizada a compra de votos; ou que ressuscitou, durante a campanha, um padrão anti-comunista que só encontra paralelo próximo no “nível” da campanha collorida de 1989.

De maneira geral, a transposição — para o Partido dos Trabalhadores — da política de alianças adotada na base de sustentação do governo federal criou mais problemas políticos do que benefícios eleitorais.

A diretriz partidária para as eleições de 2004 estabelecia que nosso objetivo principal era deslocar a correlação de forças do país para a esquerda, o que deveria se traduzir em vitórias do PT e de seus aliados do campo democrático e popular.

Mas a diretriz realmente implementada pelo setor moderado do PT foi bem mais “ampla”. Na política de alianças, tentou transpor, para o PT, a política de alianças adotada no governo federal; estimulou, consciente ou inconscientemente, a ilusão de que haveria recursos abundantes, vindos do empresariado, para financiar nossas campanhas; adotou a postura politicamente dúbia do governo federal; e aprofundou, em algumas regiões, uma forma empresarial de fazer campanha.

Em Fortaleza, o PT tinha candidatura própria, mas uma parte de nossos ministros, parlamentares e dirigentes nacionais apoiaram a candidatura de um aliado de esquerda.

Em Porto Alegre, o principal oponente de nossa candidatura era integrante de um partido da base de apoio do governo Lula.

Em Salvador, o candidato do PT não conseguia gravar uma declaração de apoio do Presidente da República, mas o candidato do PFL carlista conseguiu uma “cena” (nos sentidos português e espanhol da palavra) com o presidente.

Em São Paulo, nossa candidatura tropeçou na relação com os partidos da base aliada, no primeiro turno e no segundo turno, com destaque para o desastrado “apoio” de Paulo Maluf.

No Rio de Janeiro, nossa candidatura tentava competir com o favoritismo de César Maia, que por sua vez era tratado como aliado prioritário em Niterói e Nova Iguaçu.

Esta confusão prejudicou principalmente o PT, primeiro porque em vários locais nos jogou na vala comum dos partidos tradicionais, com suas alianças movidas por interesses locais e regionais, em detrimento de projetos nacionais; segundo, porque facilitou a operação de nivelamento programático levada a cabo por vários de nossos opositores (em Campinas, como em Porto Alegre, por exemplo, os partidos antagônicos ao PT mimetizavam muitas das propostas apresentadas pelo Partido).

O caso do Rio de Janeiro é o mais ilustrativo dos efeitos de uma política de alianças sem princípio: depois de traumatizar o PT carioca, obrigando-o a fazer uma aliança com o PDT de Garotinho, chega-se ao extremo oposto, construindo uma política de alianças com todos os setores, tendo como único objetivo derrotar o PMDB... de Garotinho.

Neste contexto, não admira que o desempenho do PT tenha sido pífio na capital do Rio, tendo a comemorar a derrota de Garotinho (junto com a vitória de César Maia), assim como antes se tinha a comemorar a vitória de Garotinho (junto com a derrota da direita tradicional).

Outro aspecto relevante na análise dos resultados é a confirmação do PT e do PSDB como pólos da política brasileira (algo que já se havia verificado em 1994, 1998 e 2002). Mas as eleições mantiveram, também, um centro muito forte que não acompanhou o PT na maioria das disputas municipais e, portanto, pode ser o fiel da balança nas eleições de 2006.

As forças conservadoras e de centro controlam o governo estadual e a capital em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia.

Em estados como Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Ceará, Rondônia, Tocantins e Espírito Santo, temos este controle dividido entre o PT e as forças de centro-direita.

Em Recife, Fortaleza e Vitória, provamos que se pode fazer campanhas militantes à moda antiga, inclusive derrotando as manobras equivocadas de setores do Partido, que em Fortaleza apoiaram o candidato do PCdoB contra a candidatura de Luiziane Lins no primeiro turno da capital cearense, sendo obrigados a apoiar de maneira envergonhada a candidatura petista no segundo turno.

### **Eleições acenderam um sinal amarelo**

Se não for detida a reversão eleitoral iniciada agora, podemos colher uma derrota em 2006. Daí a importância de retomar a polarização político-ideológica, alterar o curso do PT e do governo, retomando a mobilização social combinada com a disputa política e recuperando a militância petista.

Os efeitos negativos da política econômica e a política de alianças adotada pelo Partido contribuíram, ademais, para fazer recuar a militância partidária. Em algumas cidades, esse recuo não foi visto, pelo menos de início, como um enorme problema estratégico; e, no lugar da campanha militante, adotaram-se métodos empresariais de disputar eleição, o que também foi apontado pela direita como “desvio ético” do PT: o uso de “militância paga”.

Quanto à questão da eficiência gerencial, trataremos mais adiante, quando falarmos do balanço setorial da atuação do governo Lula. Mas é evidente que os problemas administrativos e gerenciais do governo federal têm ligação direta com problemas políticos e estratégicos.

Sobre a questão da democracia, a pauta da centro-direita foi resumida por Fernando Henrique Cardoso e por José Artur Giannotti. Em artigo e entrevista para a *Folha de S.Paulo*, ambos sustentaram que a vitória do PT seria uma ameaça à democracia.

A tese implícita é a seguinte: o PT já tem “poder demais”, como se a verdade não fosse outra, como se a verdade não fosse que a imensa maioria do poder, no Brasil, segue nas mãos de quem sempre o teve.

O desdobramento da lógica de FHC/Giannotti é a seguinte: o PT pode ganhar as eleições, mas não pode indicar seus quadros para compor o governo; pode indicar os ministros da Cultura e da Comunicação, mas não pode impor limites ao monopólio da mídia e à indústria cultural; pode indicar o ministro da Defesa, mas não pode demitir os gorilas da direita; pode indicar a ministra do Meio-Ambiente, mas não pode bloquear os transgênicos; pode ter o ministro da Fazenda, desde que a política ali implementada seja Tucana; pode ter o Presidente da República, mas não pode governar o país.

O ataque da direita contra o PT repercutiu fortemente nos setores médios, lembrando muito a tática adotada pela direita contra o governo Chavez.

Aqui como lá, a crítica da direita contra o PT tem um forte conteúdo “anti-pobre”. E, como nos Estados Unidos, parte dos pobres e dos setores médios acaba apoiando a centro-direita, a mesma centro-direita que foi responsável pelas políticas neoliberais que prejudicaram socialmente a classe média e os pobres.

A centro-direita teve sucesso nas eleições de 2004. Construiu uma tática política e um discurso ideológico, reaglutinou suas forças sociais, recuperou importantes setores médios e populares, conquistou aparatos políticos importantes (como as prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, combinadas com o controle dos respectivos governos estaduais). E pode vir a contar, em 2006, com dois outros suportes: o governo norte-americano, reeleito; e a possível existência do PSOL, como desaguadouro eleitoral da insatisfação com o PT.

Se o resultado eleitoral confirmou o PT e o PSDB como pólos da política brasileira (algo que não é novidade, pois já se havia verificado em 1994, 1998 e 2002), manteve também um “centro” muito forte, que não acompanhou o PT na maioria das disputas municipais e, portanto, pode ser o fiel da balança nas eleições de 2006.

Boa parte deste “centro” integra a base de apoio do governo federal. Entretanto, convém não se iludir com os resultados obtidos pelos partidos da “base de apoio”. Pois, dependendo da evolução política do país, estes partidos podem constituir uma terceira via ou apoiar uma candidatura Tucana em 2006. Neste sentido, a derrota política do PT, em 2004, pode se transformar em derrota eleitoral (e política) do governo federal em 2006.

Nesse contexto, como impedir que a vitória (Tucana) em 2004 se transforme na ante-sala da derrota (petista) em 2006? Essa é a principal questão que deve ser debatida pelo PT, nos próximos meses.

A principal resposta para esta questão está, em nossa opinião, numa mudança na política econômica do governo federal.

**Governo Lula: mudar, antes que seja tarde**

Praticamente dois anos depois de sua posse, o governo Lula não arredou pé do compromisso firmado na “Carta aos Brasileiros”.

Na prática, isto significa que a política do governo Lula *não* esteve, nesses dois primeiros anos, a serviço de derrotar a hegemonia que o capital financeiro, o agro-negócio e o capital exportador mantêm sobre a política nacional.

No caso do capital financeiro, esta hegemonia é ilustrada de maneira exemplar num levantamento elaborado pelo Tesouro Nacional e divulgado pela imprensa, em 31 de outubro de 2004.

Segundo este levantamento, o gasto com juros supera o investimento desde 1980. Naquele ano, o governo federal investiu 10 bilhões e pagou 6,7 bilhões de juros. Em 1990, já sob Collor, o governo investiu 13,5 bilhões e pagou 35,8 bilhões de juros. Em 1995, sob FHC, o governo investiu 12 bilhões de reais e pagou 42 bilhões de juros. Em 2002, último ano de FHC, o governo investiu 12,8 bilhões e pagou 70 bilhões (!!!) de juros. Em 2003, já sob Lula, o governo investiu 6,9 bilhões e pagou 70,7 bilhões de juros. Os dados em 2004 são parciais, mas a tendência não se alterou: 1,7 bilhão em investimentos e 50,8 bilhões em juros.

Portanto, as políticas centrais do governo têm servido para *reforçar a hegemonia* do capital financeiro, em detrimento de todas as demais áreas da economia e do governo.

Evidente que há aspectos positivos a comemorar, em várias áreas da ação do governo. Como há, também, problemas graves que não decorrem da política econômica estrito senso.

Entretanto, dois anos passados, não cabe fazer a contabilidade de “erros” e “acertos”, mas sim questionar se conquistamos a Presidência da República para continuar transferindo as riquezas nacionais para o cofre dos banqueiros.

Em sucessivos encontros e congressos partidários, o setor moderado impôs derrotas à esquerda petista e “esclareceu” que a maioria do Partido não pretendia construir o socialismo, a partir da Presidência da República (pretensão que, diga-se, por tal via nunca passou pela cabeça da esquerda petista); que o governo Lula não pretendia aplicar o conjunto do programa democrático e popular; que não pretendíamos nem mesmo fazer uma ruptura global com o neoliberalismo.

Finalmente, nos meses que antecederam a eleição de 2002, o Partido e o candidato à Presidência da República “precisaram” que nosso objetivo era fazer uma “transição” do modelo neoliberal, rumo a outro modelo.

Não se faz imprescindível discutir, aqui, que “outro modelo” é este, se é algo possível ou uma irrealizável utopia conservadora (a exemplo do “capitalismo popular” thatcheriano). Não se faz necessário, simplesmente porque a tão falada transição não começou, não está em curso e — se depender da atual composição do núcleo central do governo — não será feita.

O “núcleo duro” que atualmente comanda o governo federal está disposto a “administrar o neoliberalismo”, buscando reforçar o papel do Estado, ampliar os investimentos produtivos e sociais, mas nos marcos da política neoliberal, ou seja, sem tocar na hegemonia do capital financeiro, do agro-negócio e do setor exportador.

Acontece que fazer isso implica em ampliar a pressão (tributária, salarial e produtiva) sobre os setores médios e sobre os assalariados em geral. Este é o preço que a sociedade pagou — com FHC — e segue pagando, por termos governos que não querem interromper a transferência de recursos públicos em direção ao capital financeiro.

O resultado político disso é a corrosão contínua das bases de apoio que o governo federal possui junto aos setores médios e junto aos trabalhadores assalariados em geral. Corrosão que — como demonstram as eleições municipais de 2004 — não é compensada pelas alianças com partidos de centro e direita, nem pelos afagos em setores do grande empresariado, nem pelas retomadas econômicas conjunturais, nem pela injeção de recursos federais em algumas cidades, nem pelas políticas compensatórias, nem pelo carisma do Presidente da República.

Não é possível prever se, apesar dos seus rumos atuais, o governo Lula conseguirá a reeleição em 2006. Isso dependerá, também, de fatores conjunturais e estritamente eleitorais. Mas, se não houver uma alteração de rumos, uma vitória de Lula em 2006 não terá o mesmo significado da vitória de 2002. Não será a vitória da esperança sobre o medo; será a vitória do continuísmo.

Nunca é demais repetir: a presença do PT no governo federal só faz sentido se for para buscar reduzir e derrotar a hegemonia do capital financeiro sobre a economia nacional.

Isso certamente demorará tempo, exigirá alianças e muitas concessões táticas. O problema é que nosso governo parece ter desistido de buscar estes objetivos, a tal ponto que tem medo de enunciá-los; e constrange o partido a não enunciá-los, privando o próprio governo de uma imprescindível tensão à esquerda.

Pelo contrário, o governo e o partido têm impulsionado reformas (previdenciária, sindical, trabalhista, universitária) e políticas (salário mínimo, transgênicos) cujo efeito político é criar antagonismo em amplos setores de nossa base política, social e eleitoral.

### **O governo e o movimento sindical**

A Articulação de Esquerda compartilha da concepção sindical que esteve na base das formulações da CUT desde sua fundação, no início da década de 1980, e que se pauta, em linhas gerais, pela defesa da autonomia e da liberdade sindicais. Nesse sentido, seus militantes reconhecem os vícios, as deficiências e as distorções produzidas na organização dos trabalhadores pela estrutura sindical vigente hoje no país.

Os militantes da AE, no entanto, têm claro que a estrutura sindical não é o fator preponderante na determinação da correlação de forças entre o trabalho e o capital na sociedade; antes, essa estrutura é, em certa medida, ela mesma, um “reflexo” das condições objetivamente colocadas para a classe trabalhadora no momento de sua consolidação.

A análise do atual momento histórico no país revela uma conjuntura em que, seguindo uma tendência mundial, as políticas neoliberais, com suas conseqüências para o aumento do desemprego e a precarização e informalização do trabalho — aliadas a um avanço ideológico do pensamento liberal, que busca colocar na defensiva as idéias classistas e socialistas —, têm representado um obstáculo concreto à organização e luta dos trabalhadores.

Diante de uma correlação de forças desfavorável, essa luta tende a assumir o caráter de uma *resistência* contra a retirada de direitos e/ou a ameaça ao patrimônio organizativo construído pela classe. Em momentos assim, aquelas conquistas que os trabalhadores, em tempos de ascenso do movimento, conseguiram cristalizar através de sua incorporação à *forma da lei*, representam salvaguardas que devem ser preservadas.

Nesse sentido, que significado uma reforma sindical pode alcançar no momento? De início, ela tende a *suspender* as garantias estabelecidas pela legislação anterior — tais como a estabilidade do dirigente sindical, as prerrogativas para assinar acordos etc. — e estabelecer novos parâmetros para sua concessão. Como os trabalhadores não têm força, hoje, para impor tais direitos através da luta direta, a previsão de tais parâmetros em lei acaba funcionando como um instrumento importante para a organização dos trabalhadores.

Mas o estabelecimento desses parâmetros através da legislação exige, do ponto de vista jurídico, que se estabeleçam critérios de *aferição da legitimidade* das entidades sindicais. Hoje, esses critérios são satisfeitos pelo princípio da *unicidade sindical*. Revogado esse princípio, aparece a necessidade de que se crie outros em seu lugar. É o que busca fazer a proposta de reforma sindical "consensuada" no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), ao estabelecer dois caminhos: um, para os sindicatos que pretendam comprovar sua representatividade *diretamente*; o outro, para os quais existirá algo denominado "representatividade derivada".

No primeiro caso temos que, para um sindicato ser reconhecido pela lei, ele deve preencher, entre outras coisas (relacionadas a normas mínimas de funcionamento previstas em estatuto), critérios quantitativos de representatividade.

No texto da proposta, isso significa ter pelo menos 20% de sua base sindicalizada (admitindo-se um período de transição de três anos, durante os quais esse número é mantido em 18%). Como *alguém* precisa aferir esses números para comprová-los (além de fiscalizar o cumprimento do estatuto), cria-se o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, com composição tripartite (governo, empregado e empregadores) — que muitos vêem como uma espécie de reedição da Comissão de Enquadramento Sindical, instituição de triste lembrança dos tempos da ditadura militar. Aumenta-se assim, ao contrário do que se dizia pretender, a possibilidade de controle e intervenção do Estado na vida sindical.

No segundo caso, o "ônus" da representatividade é transferido para as Centrais Sindicais — que também precisam atender, para serem reconhecidas, a critérios quantitativos e geográficos.

Assim, o texto da proposta do FNT aponta para um mínimo de 22% da base sindical total, sendo que 15% desses sindicalizados devem se distribuir em pelo menos 50% dos ramos de atividades existentes. Além disso, é necessário que haja sindicatos filiados em pelo menos 18 estados da federação. Mas, uma vez que a central seja reconhecida legalmente, os sindicatos que não conseguirem atender aos critérios descritos no parágrafo acima podem ter sua legitimidade admitida *vinculando-se organicamente* a essa entidade. Nesse caso, tal sindicato perderia, mais uma vez, grande parte de sua autonomia, e as decisões tomadas "de cima para baixo" tenderiam a prevalecer sobre a vontade manifesta da base.

Há, além disso, outros problemas na proposta de reforma apresentada, derivados em grande medida da fórmula adotada para sua construção, que se baseia na idéia de que é possível estabelecer um "consenso" entre os representantes de classes cujos interesses são, de fato, antagônicos. Assim, ao negociar-se o direito de greve ou o fim do poder normativo da justiça do trabalho em um período histórico em que a classe trabalhadora está enfraquecida, obtém-se como resultado formulações que acabam colocando os trabalhadores ainda mais na defensiva.

Pensamos, pois, que a alteração da estrutura sindical em um contexto desfavorável à luta dos trabalhadores como o atual acabará por resultar em uma maior fragilização da capacidade organizativa dos sindicatos, podendo comprometer ainda mais sua liberdade e autonomia. Mais que alterar essa estrutura, portanto, o momento é de buscar fortalecer efetivamente a classe, superando as limitações objetivas colocadas para sua luta.

Os militantes da AE têm claro que tais dificuldades de natureza objetiva só serão enfrentadas caso o governo federal altere sua política atual e adote medidas que reconstituam a economia nacional, gerando crescimento, emprego e ampliação das condições de vida da maioria dos trabalhadores. Essa deve ser a prioridade na luta do movimento social em geral, e do movimento sindical em particular.

Só a partir do fortalecimento econômico e político da classe e da mudança na correlação de forças é que se poderá discutir, em outras bases, uma estrutura sindical que supere os entraves postos pela atual, sem, no entanto, colocar em risco as conquistas que a luta dos trabalhadores já consolidou sob a forma de direitos e garantias legais.

Aliás, alguns setores da CUT e do governo sequer escondem que a proposta de reforma sindical oriunda do FNT é vista como preliminar de uma *reforma trabalhista* cuja finalidade seria simplesmente suprimir vários desses direitos históricos, para abrir caminho a uma expansão e acumulação do capital sem "amarras legais", o que resultaria numa grave derrota da classe trabalhadora.

Por isso, a reforma sindical em andamento é inaceitável e deve ser rejeitada pelo PT. Por isso, defendemos uma imediata "moratória" na reforma sindical — bem como nas reformas trabalhista e universitária.

Neste quadro bastante difícil, a Articulação de Esquerda terá que reavaliar sua política de alianças, tanto no movimento estudantil quanto no movimento sindical. O apoio que os setores moderados do PT (ainda) dão para as chamadas reformas; as tentativas de enquadramento e divisão do movimento social, por parte de setores do governo; o divisionismo, tanto da UNE quanto da CUT, implementado pela ultra-esquerda; as tentativas, também da ultra-esquerda, de transformar toda ação comum contra as reformas em espaço prioritário de ataque global ao governo e de cooptação de militantes para seus projetos político-partidários; tudo isso obriga a Articulação de Esquerda a — sem prejuízo de ações comuns — reforçar sua própria organização, não participando ou afastando-se das várias tentativas de "frente única" de natureza orgânica, seja com o PSTU, seja com o PSOL, seja com setores assemelhados.

### **A reforma universitária**



Historicamente, a reforma universitária é uma bandeira da esquerda e dos setores progressistas de modo geral. Sua defesa está vinculada à necessidade de alterações profundas no modelo educacional implantado no Brasil, no sentido da democratização e universalização do acesso ao ensino superior público, gratuito, laico e de qualidade, com a conversão das universidades em um instrumento de transformação social e de aumento do poder das classes subalternas.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, esteve comprometido com essa luta, defendendo a idéia de que tal projeto de educação tem como fundamento seu *caráter público*, e que, portanto, só é possível levá-lo a efeito através do fortalecimento e da expansão dos estabelecimentos *estatais* de ensino superior.

No Brasil, desde a reforma tecnocrática realizada pela ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, que procurou adequar o sistema de ensino superior ao projeto de modernização conservadora, atendendo assim a alguns setores do capital — que necessitavam de determinado tipo de mão-de-obra qualificada — e buscando responder ao desejo de ascensão social dos setores médios, o país não voltou a rediscutir em profundidade seu modelo de ensino superior. E se a crise do projeto nacional-desenvolvimentista e a divisão das classes dominantes afetaram profundamente as universidades públicas nos anos 1980, por outro lado não chegaram a permitir a criação de um vigoroso sistema privado de ensino superior.

Nos anos 1990, contudo, o advento do neoliberalismo atingiu em cheio as universidades. Lembremos que a reestruturação produtiva do capital ensejada nesse momento tinha como objetivo superar a crise de acumulação que havia se iniciado na década de 1970. Um de seus pilares, pois, era a abertura de setores, historicamente de competência do Estado, à exploração direta do Capital. Isso ocorreu com as telecomunicações, com a energia, com a previdência e a saúde. E ocorreu, também, com a educação.

Apoiando-se, pois, no discurso de que a crise do Estado nacional desenvolvimentista era fundamentalmente uma crise fiscal e de gigantismo estatal, os governos neoliberais passaram a investir de modo pesado no desmonte da estrutura educacional pública e na expansão do ensino privado. O governo Collor tentou iniciar e o governo FHC implementou, através das duas gestões de Paulo Renato à frente do MEC, uma série de transformações no ensino superior brasileiro. Todas elas guardaram um sentido comum: fortaleceram o ensino privado e enfraqueceram o ensino público. Em 1995, tínhamos 894 instituições de ensino superior, sendo 220 públicas. Em 2003, eram 1.960 instituições (um crescimento de 119%), sendo apenas 208 públicas. Hoje, o percentual de matrículas nas particulares, segundo dados do INEP, ultrapassa os 70%, e o número de instituições dessa natureza chega a quase 90% do total.

A eleição de Lula em 2002 representou, entre os setores sociais comprometidos com a luta pela universidade pública, um claro desejo por uma reversão nesse processo. Vale lembrar que, em sua imensa maioria, estes setores apoiaram e fizeram campanha para o candidato petista à Presidência da República.

A reversão desse processo e a mudança desse modelo não são possíveis, no entanto, sem um rompimento com a política econômica de inspiração neoliberal.

Ocorre, todavia, que os dois primeiros anos do governo Lula ainda não produziram uma alteração na correlação de forças capaz de fortalecer o campo anti-neoliberal. A manutenção e aprofundamento da política econômica rentista, herdada do governo anterior, têm impedido que o governo federal avance no sentido de garantir a soberania, de diminuir a desigualdade ou de recuperar o investimento estatal em políticas sociais e infra-estrutura. Portanto, também o impedem de ampliar o financiamento público à educação e de recuperar as universidades públicas, rumo à sua expansão e crescimento.

Neste sentido, no atual ambiente político e econômico, nessa correlação de forças, com o descenso dos movimentos estudantil e sindical, é impossível realizar uma reforma universitária que guarde os princípios de ampliação do público sobre o privado, democratização radical, e absorção e atendimento das demandas das camadas populares pelo sistema superior de ensino.

Por isso, todas as medidas anunciadas, todos os projetos de lei apresentados, todas as medidas provisórias assinadas, todos os decretos, todos os documentos e esboços apresentados pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia vão na contra-mão do que seria uma reforma universitária de caráter progressista. Todas as idéias colocadas em discussão ameaçam a continuidade do ensino público, gratuito, de qualidade, sustentado com verbas do governo federal. A própria proposta de autonomia que está sendo defendida é, antes, uma desresponsabilização do governo com o sistema público estatal de ensino superior, autorizando as universidades a captar recursos no mercado, golpeando assim sua autonomia científica e sua capacidade de atender às demandas da maioria da sociedade.

Menção especial merecem as propostas que visam a direcionar, de uma maneira ou de outra, recursos públicos — via isenção fiscal — para as mantenedoras do ensino privado. Neste sentido, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído através de Medida Provisória, é antagônico à proposta defendida historicamente pelo setor de educação do PT, pelas principais entidades representativas da comunidade universitária e pelos militantes da Articulação de Esquerda.

É um programa que está articulado à lógica que predominou no MEC durante a gestão tucana de Paulo Renato: trata-se de, a pretexto de incluir milhares de estudantes pobres no sistema (sem no entanto criar nenhum mecanismo que assegure a continuidade e, sobretudo, a *qualidade* da educação ofertada), continuar impulsionando o crescimento do setor de ensino privado que se agigantou no período do governo Fernando Henrique — crescimento ao qual a queda de renda produzida pelo modelo econômico representa um obstáculo. É uma concessão desnecessária ao grande capital do setor de serviços, mas que pode confundir alguns setores por parecer uma tentativa de minimizar a exclusão das camadas populares do ensino superior.

Também merece destaque a Lei da Inovação Tecnológica, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, que se insere na lógica neoliberal segundo a qual, considerando uma política macroeconômica de restrição fiscal, os investimentos produtivos privados precisam ser atraídos com a criação de um “ambiente microeconômico favorável”. Assim, o projeto coloca as universidades e institutos de pesquisa públicos a serviço da acumulação de capital e do aumento de produtividade dos grandes e mais modernos setores econômicos, facilitando os canais através dos quais a iniciativa privada se apropria do que é produzido nos centros públicos de pesquisa. Ademais, é um passo importante na transformação dos professores e pesquisadores das universidades e institutos públicos em “empreendedores”, em empresários do conhecimento.

A Lei da Inovação Tecnológica consolida, assim, a lógica privada no seio das universidades públicas, deixando aos interesses do mercado a decisão sobre o que deve ou não ser pesquisado. Desse modo, ela coloca-se em oposição à visão defendida pelos setores progressistas, segundo a qual um projeto de desenvolvimento econômico soberano passa por uma concepção de Estado como aquele que articula, estimula, dirige e investe na produção de ciência e tecnologia — e também no desenvolvimento das ciências sociais, das humanidades, das letras e das chamadas belas-artes.

Em nossa concepção, o governo federal, ao contrário do que tais medidas sinalizam, deveria expandir o ensino público superior, aumentando significativamente as verbas para as universidades federais, propiciando a criação de novas vagas, novos *campi* e novos cursos, principalmente no período noturno. A crise por que passam as universidades públicas não pode ser enfrentada sem um aporte significativo de recursos estatais para melhoria de sua infraestrutura, contratação de professores e técnicos, construção e recuperação de bibliotecas e laboratórios e aumento das bolsas de pesquisa, assim como faz-se necessária uma política consistente de assistência estudantil, que garanta a permanência das camadas populares na universidade.

Além disso, uma verdadeira reforma universitária deveria tratar com ousadia os temas da democratização da gestão, da reforma curricular, da autonomia didático-pedagógica e administrativa, da reformulação da extensão, da redefinição do papel da pesquisa universitária, da formação de docentes, entre outros pontos.

Os militantes da AE têm claro, pois, que neste contexto de restrições fiscais e conservadorismo que predominam no governo Lula não é possível realizar uma reforma universitária que de fato atenda aos princípios defendidos historicamente pela esquerda em geral e pelo Partido dos Trabalhadores em particular.

Desse modo, as mudanças em curso — que vêm sendo realizadas de maneira fragmentada, através de inúmeros projetos de leis e medidas provisórias — constituem-se muito mais como elementos complementares à política econômica neoliberal do que como marcos de uma transformação do ensino superior brasileiro, no sentido da reafirmação de seu caráter público e de sua universalização.

Neste sentido, assim como no caso da reforma sindical, o fundamental é trabalhar para alterar a correlação de forças, mudar os rumos da atual política econômica, fortalecer o campo anti-neoliberal e impulsionar a luta social no setor da educação.

Diante disto, a Articulação de Esquerda se posiciona pela interrupção do atual processo de reforma universitária. Em outras bases, com outra política econômica, num cenário mais favorável às forças progressistas, a bandeira da reforma universitária pode retomar, aí sim, seu caráter histórico de ruptura com as estruturas elitistas e de construção de alternativas democráticas.

## **Reorientar a política econômica**

Ao mesmo tempo em que o governo impulsiona reformas como a sindical, a universitária e a previdenciária, não temos conseguido avançar nas reformas que poderiam ocasionar perdas para as classes dominantes, como é o caso da reforma agrária, tributária e judiciária.

A hegemonia do capital financeiro, do agro-negócio e do setor exportador sobre a economia nacional é uma herança recebida da era neoliberal, em particular do governo FHC. A derrota completa desta hegemonia exigirá um determinado tempo, certamente mais do que uma gestão democrática e popular. Entretanto, nossa presença no governo federal só faz sentido se for para reduzir e derrota esta hegemonia; e não para reforçá-la.

Nesse sentido, entendemos que se faz necessária uma ampla reorientação na política geral do governo, a começar por medidas na área econômica, entre as quais destacamos:

1. Redução substancial nas metas de superávit primário;
2. Redução acelerada nas taxas de juros;
3. Ampliação nos investimentos públicos nas áreas sociais e de infra-estrutura;
4. Plano emergencial de obras públicas nas grandes cidades;
5. Execução da reforma agrária;
6. Aumento expressivo do valor real do salário mínimo;
7. Transformação da dívida pública de estados e municípios, em investimentos sociais do governo federal.
8. Retirada dos projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP's), de Reforma Sindical e de Reforma Universitária, tendo em vista que eles estão estruturalmente vinculados à atual política econômica.
9. Adotar medidas de proteção da economia nacional, tanto na área cambial quanto comercial, tendo em vista o quadro internacional resultante da reeleição de Bush.

Estas medidas devem ser acompanhadas de uma alteração na equipe econômica do governo federal, com o afastamento imediato de todos os quadros vinculados ao pensamento neoliberal e aos interesses do capital financeiro; bem como de uma “moratória” nas reformas sindical, trabalhista e universitária.

Esta reorientação na política do governo federal não garante, por si só, uma vitória petista nas eleições de 2006. Mas ela criará um novo ambiente político e social; colocará sob nova luz o tema das alianças estratégicas e das eleitorais; e lançará as bases que nos permitirão, mais do que apenas vencer as eleições de 2006, cumprir os objetivos estratégicos que nos levaram a disputar e conquistar a presidência da República.

**Campanha nacional a favor dos juros baixos**

Propomos a outros setores do partido e do campo democrático e popular a realização de uma campanha política, de agitação e propaganda, de âmbito nacional, a favor dos juros baixos, com o propósito de pressionar o governo federal e o setor financeiro, através da mobilização de diversos segmentos da sociedade, levando-os a baixar a taxa de juros ao nível máximo de 12% anuais, aprovado na Constituição de 1988.

Essa campanha atingirá a essência da política econômica do governo federal, voltada apenas para o controle da inflação através da manutenção de taxas elevadas de juros, e o pagamento de juros das dívidas públicas interna e externa. Essa lógica dominante, operada através dos financistas do Banco Central, tem permitido a continuidade das taxas exorbitantes de lucro líquido dos bancos e demais empresas financeiras, superiores à média dos demais setores da economia e inclusive à média internacional do setor financeiro.

Por isso, a campanha a favor dos juros baixos é estratégica no momento atual de disputa do governo e do Partido.

Ao evidenciar os beneficiários e os prejudicados pela atual política econômica, a concentração de renda dela decorrente, o atraso no desenvolvimento econômico e social do País, a brutal transferência de recursos públicos — via superávit primário — para o pagamento de juros, e todos os demais efeitos danosos dessa continuidade da política econômica neoliberal de FHC no governo Lula, a campanha poderá resultar em uma mobilização dos movimentos sociais semelhante à das Diretas Já, em 1984.

A demissão do presidente do BNDES ocorreu por enfrentar a política econômica operacionalizada pelo Banco Central. Exemplos disso são o fim da intermediação de bancos privados nos empréstimos do BNDES a empresas como a Petrobrás e a Eletrobrás; ter impedido a compra do controle da Vale do Rio Doce pela japonesa Mitsui; a cobrança do empréstimo da multinacional AES, utilizado para a compra da Eletropaulo; e a briga para reduzir a taxa de juros dos empréstimos do BNDES (TJLP), alvo do ataque público do Banco Central, respondido pelo presidente do BNDES.

Mais do que os benefícios diretos à imensa maioria de trabalhadores, assalariados e autônomos, e dos "setores médios" (pequenos empresários, profissionais liberais), a redução dos juros terá impactos positivos sobre a parcela de dezenas de milhões de pessoas que sobrevivem em condições desumanas, porque o governo terá recursos para aplicar em políticas sociais (Reforma Agrária, Habitação Popular, Fome Zero...) de efeito imediato.

Propomos que esta campanha a favor dos juros baixos seja organizada em moldes similares à do Plebiscito da Dívida Externa, envolvendo o máximo de entidades dos movimentos sociais, e a sua concretização se dará inicialmente através de agitação e propaganda, com ações de protesto defronte às sedes dos bancos, empresas de cobrança e financeiras, durante as quais serão afixadas faixas e cartazes e distribuídos panfletos para a população.

Outras ações, como "teatro invisível", dentro de agências bancárias e sedes de financeiras e empresas de cobrança, deverão ocorrer em todo o país. Esta campanha poderá ganhar uma

dimensão equivalente à do Plebiscito, incorporando segmentos empresariais, prefeituras e governos estaduais, parlamentares etc.

### **Campanha nacional pela elevação do salário mínimo**

Propomos a outros setores do Partido e do campo democrático e popular a realização de uma campanha nacional pela elevação do salário mínimo.

A elevação do salário mínimo tem vários impactos positivos para a economia. O salário mínimo tem efeito (re)distributivo enorme, pois é referência para pagamento de 13 milhões de aposentados e tantos outros milhões de trabalhadores pobres, servidores públicos municipais (em especial de prefeituras pequenas), bem como de pequenos prestadores de serviços.

A elevação do salário mínimo tem impacto redistributivo significativo e caminha em direção às propostas históricas do PT e da esquerda em geral, de fortalecimento de um mercado interno de massas no Brasil.

Além disso, o aumento do salário mínimo é demonstração pública e incontestável de que o nosso Governo está comprometido com a repactuação da distribuição da renda em nosso país e descriminalizará o salário mínimo como responsável pelo déficit previdenciário.

### **Democracia e direitos humanos**

A luta pela democracia exige que o governo federal, mas também nossos governos estaduais, municipais e bancadas parlamentares, enfrentem os resquícios políticos, legais e sociais da ditadura militar, bem como todas as iniquidades que atravessaram a sociedade brasileira ao longo dos séculos e sobrevivem ainda hoje nas instituições prisionais, manicomiais, de menores custodiados pelo Estado, na truculência policial, nos preconceitos de classe, de cor etc.

Se é bem verdade que foram dados passos importantes nesta direção no âmbito federal, no combate à desigualdade racial e de gênero e por haver criado uma Secretaria de Direitos Humanos, também é fato que a tortura é uma instituição nacional, há grupos de extermínio nas polícias estaduais e as instituições prisionais e as Febem's assemelham-se a campos de concentração, sendo frequentemente palco de massacres e tragédias.

A VII Conferência Nacional orienta os militantes da AE a propor, em todas as instâncias partidárias, moções propondo o afastamento, dos postos de direção das Forças Armadas, da Abin e da Polícia Federal, de todos os servidores que durante a ditadura militar praticaram crimes contra os direitos humanos; que defendem ou tentam justificar tais crimes, como fez recentemente nota oficial do Exército; que realizaram ou seguem realizando espionagem política e criminalizando os movimentos sociais.

### **Recuperar a militância petista**

A reorientação do governo, proposta acima, criará as condições para reatar os laços entre o PT, o governo federal, a militância petista e os movimentos sociais.

A ação política do governo federal depende da correlação de forças no conjunto da sociedade. Por isso mesmo, o PT deve atuar para “esquerdizar” esta correlação de forças.

Se, pelo contrário, o PT se limitar a “apoiar as ações do governo”, o resultado é que ficará no limite inferior da correlação de forças, não colaborando para buscar sua alteração, anulando-se como partido e transformando-se em correia de transmissão do núcleo central do governo.

O que mais decepciona a base social e militante do PT não é que não consigamos atingir as metas que nos propúnhamos; o que mais decepciona é ver o Partido se transformar em “justificador” *a posteriori* das concessões feitas pelo governo.

Esse tipo de postura desmoraliza a militância e faz com que milhares de petistas não se sintam motivados a participar ativamente da vida partidária, agravando com isso fenômenos que se manifestam desde os anos 1990.

Com isso, crescem os fenômenos:

a) da burocratização da vida partidária (em que a participação constante fica restrita aos que estão empregados em governos, parlamentos e no Partido);

b) da redução da vida partidária aos processos eleitorais, externos e internos;

c) da substituição da militância partidária pela “militância de massa”, ou seja, pessoas que apóiam nosso Partido e nossos governos, mas não estão conscientemente comprometidas com nossos projetos estratégicos.

Claro que há motivos para comemorar o crescimento do Partido, para comemorar o crescimento da presença da esquerda em governos e para comemorar a participação, em nossas campanhas eleitorais, de amplas camadas populares beneficiadas pela ação dos governos petistas.

Mas essas tendências trazem também repercussões negativas (como a ampliação da burocratização e da importância das disputas eleitorais no dia-a-dia partidário), que o Partido precisa compensar com a ampliação da formação política e ideológica, com a ampliação de nossa ação nos movimentos sociais, com a ampliação da democracia partidária, a começar pelo controle das direções e dos eleitos.

As eleições de 2004 serviram como (mais) um alerta: o Partido precisa resgatar sua natureza militante, no sentido clássico desta palavra. Precisamos ter de volta aqueles milhares que se mobilizam voluntariamente, cotidianamente, porque estão comprometidos com o projeto político-ideológico do Partido.

Isso exige, portanto, recuperar os objetivos estratégicos do Partido, com destaque para o socialismo. Sem este objetivo estratégico e programático, que tem o papel de organizar nossa atuação em todos os setores da vida política e social, a vida partidária vai se reduzindo ao calendário eleitoral e busca de objetivos parciais.

Vários fatores operaram, ao longo dos anos 90, para reduzir a militância voluntária do Partido. Trata-se de um fenômeno histórico e social, cuja reversão exige empenho e tempo. Mas para

encetar esta reversão é preciso abandonar a visão simplista e comercial que defendia e segue defendendo a transformação do partido em uma “máquina eleitoral”, confundindo a inegável necessidade de excelência técnica e profissionalismo com a substituição da política pelo *marketing*, do petista pelo cabo eleitoral pago, da campanha militante pela campanha na mídia.

Onde esta visão se tornou hegemônica, como em muitas cidades do estado de São Paulo (especialmente no primeiro turno), o resultado foi geralmente desastroso. E a reversão ocorrida no segundo turno, mesmo quando não nos conduziu à almejada vitória, ocorreu principalmente porque a militância “clássica” do PT voltou às ruas.

As eleições de Fortaleza mostraram, por outro lado, que segue sendo possível vencer eleições importantes através de campanhas fortemente militantes.

### **O PT, a comunicação e as eleições**

Neste último período, especialmente nas eleições municipais, o *marketing* vem ganhando importância como instrumento central de disseminação do discurso do PT, em detrimento da disputa ideológica.

Esta não é uma exclusividade do Partido, mas o resultado de um processo histórico de mercantilização e espetacularização da política, que tem nos meios de comunicação sua principal arena, sendo fundamental para a militância petista compreender este fenômeno, desenvolver as formas de recuperar o tensionamento ideológico e reverter esta tendência.

O rebaixamento do discurso do campo majoritário do Partido encontra na determinância da mídia uma de suas desculpas maiores, com a construção de campanhas e candidaturas subordinadas às agências de publicidade.

É preciso que a militância petista e aqueles que querem disputar os rumos do Partido tomem para si o desafio de construir formas de subverter a disputa na arena midiática, para a difusão de um discurso que consiga dialogar com a população, mas que não abandone os princípios históricos do PT.

O campo da comunicação (ou, como nos referimos mais comumente, o campo “midiático”) é o palco central da disputa de hegemonia cultural e política na contemporaneidade.

Ele exerce as funções de:

- a) arena principal dos debates e conflitos ideológicos, políticos, culturais;
- b) árbitro ou juiz destes debates e conflitos (basta lembrar o exemplo didático dos debates eleitorais, onde a sua forma, que condiciona o tipo de política posto em prática, é definida pelos técnicos midiáticos);
- c) jogador, não raro oculto ou disfarçado, ativo deste jogo, sempre atuando em favor da classe hegemônica.



A comunicação tornou-se um importante setor econômico. Além disso, os “símbolos” (informações, imagens, marcas, valores, bens culturais tangíveis e intangíveis, desejos de consumo etc.) e o chamado capital intelectual (conhecimento, patentes, *know-how*, propriedade intelectual etc.) transformaram-se em valiosíssimas mercadorias.

No Brasil, esta dupla importância é ainda mais acentuada, pela forma como historicamente o modelo de comunicação foi formado, centrado na entrega de concessões para setores históricos da elite brasileira, tanto da burguesia quanto das oligarquias rurais.

A disputa de hegemonia, hoje, não pode ignorar esta centralidade da comunicação. Para quem se propõe a tarefa de disputar os rumos do Governo Lula, faz-se necessário tratar do tema, tanto no que toca à utilização da comunicação como política estratégica, quanto para participar dos debates da área (nova lei do audiovisual, digitalização dos meios de comunicação, conselho federal de jornalismo, a política de inclusão digital).

Neste mesmo sentido, é necessário encorajar e reforçar as iniciativas do movimento social e dos partidos de esquerda, contra o oligopólio que controla os meios de comunicação no Brasil, oligopólio que teve e tem papel decisivo na implementação das reformas neoliberais no País.

Pelas mesmas razões, é preciso repudiar a perseguição que a Polícia Federal vêm fazendo contra as rádios comunitárias, em proveito exclusivo dos proprietários de emissoras empresariais.

### **A Articulação de Esquerda e o feminismo**

É compromisso da AE incorporar, em suas resoluções, o produto das discussões do feminismo, como também investir política e materialmente para que o setorial de mulheres possa produzir um movimento capaz de aproximar uma série de militantes da esquerda que não encontram espaço de discussão e militância que apresente uma perspectiva de classe à luta das mulheres. Nossa ação política e produção teórica devem ter como objetivo criar um importante pólo de militantes, como movimento necessário capaz de agregar uma nova qualidade ao movimento de mulheres e feministas de esquerda.

A incorporação política das resoluções do setorial de mulheres também deve ser aplicada nos espaços institucionais que ocupamos, ou seja, como um código de ética entre nossos militantes e lideranças, em seus espaços de militância na implementação de políticas públicas nos governos que dirigimos ou nos quais temos inserção política. Nossa proposta é que esta incorporação se dê vertical e horizontalmente, aplicando-se assim ao conjunto das resoluções e ações políticas da tendência.

Entendemos que colocar na ordem do dia a discussão na AE e nos espaços de atuação política de nossas/nossos militantes sobre o feminismo socialista, a partir de nossas experiências com mulheres dos setores sindical e popular, no partido e organizações de base, não pode ser uma agenda exclusiva das mulheres feministas de nossa tendência, mas de todos os socialistas e comunistas.

Em nossas propostas de políticas públicas, as questões de gênero, classe e raça/etnia são eixos estruturantes na elaboração de programas e políticas de ação do governo, devendo cortar as iniciativas da administração pública vertical e horizontalmente. Defendemos uma ação com esse

recorte, pois entendemos que uma política gerada somente a partir de uma secretaria ou coordenadoria restringiria este caráter estratégico. Quando dizemos **vertical**, defendemos que as questões de gênero, classe e raça/etnia perpassem o conjunto de políticas públicas e ações governamentais. Ao defendermos seu alcance **horizontal**, propomos a criação na instância do governo de um órgão executivo, com status de secretaria, que elabore, articule e implemente políticas no conjunto do governo, com dotação orçamentária própria, com equipe multidisciplinar, com condições reais de atuação e autonomia frente às demais secretarias. Nossa posição se firma na compreensão de que o estado favorece aqueles que estão em vantagem — tese defendida por quem é contrário à existência de organismos governamentais para a mulher, a juventude, combate ao racismo.

A articulação, no governo, das políticas de gênero, classe, raça/etnia e livre orientação sexual tem que ter a vocação de questionar os papéis tradicionais de homens e mulheres, mudar o cotidiano e principalmente usar o poder do Estado para eliminar estas desigualdades, seja na família, no trabalho, na escola, no lazer e fundamentalmente na ideologia e na cultura, através de políticas públicas concretas, de alcance universal e com ampla divulgação. Tal concepção se contrapõe à daqueles que acreditam que somente campanhas educativas e publicitárias podem mudar a vida das mulheres.

A AE orienta seus militantes do sexo masculino a participarem ativamente da campanha do “laço branco pelo fim da violência contra a mulher”.

A AE orienta seus militantes a participar ativamente das campanha em defesa da PEC 385, inclusive das jornadas e vigílias nas cidades e estados, marcadas para os dias 9 e 10 de março.

A AE orienta seus militantes a difundir amplamente as ações da Comissão Especial de debate sobre trabalho doméstico.

A AE orienta seus militantes a lutar por creches como direito da mulher e da criança.

### **Movimentos sociais e programa democrático e popular**

A ação dos setoriais da AE, da frente de massas e da frente institucional deve estar casada com a disputa do PED. Nesse sentido, a ação dos movimentos sociais em que atuamos deve enfatizar a mobilização social em torno do programa democrático- popular e a materialização deste programa, em ações concretas, em lutas para incidir na mudança dos rumos do governo Lula.

Boa parte da disputa do PED se dará em torno da nossa defesa do resgate do programa democrático-popular, como norteador da política partidária e da necessária mudança dos rumos da política econômica.

Esta tarefa passa, também, pela necessidade de fortalecer e reconquistar entidades como a CUT e a UNE, tensionando-as para participar dessas lutas, e pela necessidade de construir ações unificadas com o MST, PGMP, MPA, MAB, Via Campesina e outros setores e movimentos que se situem nos marcos da disputa do PT e do governo. A coordenação dos movimentos sociais é um espaço importante nesta disputa, devendo ser prioridade na construção da frente de lutas com os movimentos que se articulam nesta coordenação.

## **Portadores de Deficiência**

A VII Conferência orienta nossos militantes a estimular a atenção do conjunto do Partido para as questões que envolvem os portadores de deficiência.

## **Reforma agrária**

A VII Conferência orienta a militância da AE a reforçar as ações em defesa da reforma agrária e a solidariedade aos movimentos sociais do campo, em particular apoiando a marcha que o MST vai realizar em abril de 2005.

## **Governos municipais e políticas afirmativas**

A VII Conferência orienta a militância da AE a buscar implementar as políticas de ação afirmativa, construídas nos vários setoriais do Partido — de mulher, raça, juventude, portadores de deficiência e de livre orientação sexual —, nos governos municipais petistas que dirigimos, influenciamos ou dos quais participamos.

## **Sobre o Congresso Nacional**

A VII Conferência orienta a direção nacional da tendência a acompanhar o debate, no Congresso Nacional, acerca da pauta de votações, da Presidência da Câmara, da Presidência do Senado e da liderança da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

No tocante à pauta de votações, a VII Conferência orienta a DNAE a aprovar indicativo de voto para as questões centrais, competindo avaliar caso a caso qual deve ser sua manifestação, quando a posição aprovada pela bancada do PT não for aquela indicada pela direção nacional da AE.

A VII Conferência orienta a DNAE a manifestar oficialmente seu desconforto com a prática de deputados ligados à esquerda do PT que seguidas vezes tentam apresentar-se, mesmo sem ter mandato para tal, como porta-vozes de toda a esquerda petista.

Neste particular, a VII Conferência manifesta-se contrária à criação de blocos permanentes, de características orgânica e fracional, com deputados ligados a outras correntes.

## **Renovar as direções, mudar a rota**

A eleição das novas direções partidárias é o momento em que o Partido poderá fazer uma autocrítica coletiva do rumo seguido até agora e fazer as correções de rota necessárias, no próprio Partido e na ação do governo federal.

Sabemos que há divergências no núcleo político que dirige o governo federal. Essas divergências se dão principalmente ao redor de aspectos da política econômica, contrapondo a rigidez monetarista da dupla Palocci-Meireles a variados graus de heterodoxia econômica, que advogam desde mudanças parciais como um afrouxamento na política de juros altos, até políticas desenvolvimentistas mais articuladas.

Estas últimas posições são cada vez mais minoritárias e marginais dentro do governo, como atesta a recente demissão de Carlos Lessa da presidência do BNDES.

Outra linha de clivagem no núcleo do governo se dá em torno da política de alianças, em que um setor acena para uma aliança estratégica com o PSDB ou setores deste partido. Esta posição, que tem origem na confluência dos aspectos essenciais das políticas econômicas implementadas por Lula e FHC, aparentemente fica enfraquecida pela polarização observada na disputa eleitoral e pela dinâmica política, que aponta para um confronto direto entre o PT e o PSDB em 2006. Mas é importante observar que, ao mesmo tempo que o PSDB era o núcleo da campanha anti-petista, setores importantes do PT defendiam a estratégia de aproximação com os tucanos.

O Presidente da República chegou a falar de fusão entre os partidos; já o prefeito eleito de Belo Horizonte e o ministro Tarso Genro, de ângulos diferentes, enaltecem a “modernidade” tucana. E, não menos importante, os senadores Aloísio Mercadante e Tasso Jereissati selam acordo no Senado visando dar celeridade ao trâmite da proposta legislativa em torno das parcerias público-privadas.

É necessário que estas questões venham à tona durante o processo de eleição das direções.

Se não, ficará claro que predomina na cúpula do governo uma atitude ultra-centralista, que priva o Partido de debater e decidir sobre questões estratégicas, tendo que acatar e justificar *a posteriori* as decisões ali tomadas.

Isso se faz ainda mais necessário agora, em que a derrota eleitoral tornará ilusoriamente convidativa a posição que defende um “pacto” com os inimigos de ontem e de amanhã, “pacto” cuja base real é a lamentável proximidade entre a política de Malan e a política de Palloci. Ou a igualmente ilusória tentativa de compensar as derrotas produzidas pela “ampla” política econômica, com uma ainda mais “ampla” política de alianças.

Todos sabem, também, que na planície do Ministério e no Congresso Nacional, importantes ministros e parlamentares — embora integrantes do campo majoritário ou de tendências aliadas ao campo majoritário — manifestam reservadamente enormes divergências em relação à política econômica e a outros aspectos importantes da política do governo.

É necessário que estes companheiros apresentem, para a base do Partido, estas divergências, recusando as tentativas — que certamente haverá — de conter o debate político e solucionar as divergências utilizando métodos administrativos.

Finalmente, esperamos que a chamada esquerda petista construa sua unidade política e programática, a fim de potencializar sua participação no processo de eleição das direções partidárias.

Naturalmente nós, que conclamamos os companheiros do chamado campo majoritário para que debatam no Partido suas diferenças, não podemos fingir que não há divergências no interior da chamada esquerda petista.

Existem aqueles que, dentro ou fora do PT, consideram esgotada a disputa de rumos do governo e a disputa de rumos do Partido. Alguns foram tão longe nesta avaliação que defenderam publicamente o voto nulo nas eleições de 2004.

Outros permanecem no interior do PT, não porque acreditam que nosso Partido tenha um papel estratégico a cumprir na luta pelo socialismo, mas porque não querem se privar de tão forte legenda eleitoral.

Nossa posição difere integralmente destas. Reafirmamos o que dissemos nas conferências da AE, realizadas em 2002 e 2003: *o fracasso do governo Lula e o fracasso do PT serão o fracasso de toda a esquerda brasileira*. Não existe alternativa de esquerda que se alimente desse fracasso. A direita será a grande beneficiária de um fracasso do governo Lula.

A VII Conferência Nacional da AE, portanto, reafirma que consideramos que o governo e o PT estão em disputa. Respeitamos as posições que, dentro da esquerda, diferem desta. Mas tais posições estão fora dos marcos políticos em que opera a própria Articulação de Esquerda.

É necessário, por outro lado, atualizar e amplificar os termos desta disputa. Cada vez fica mais claro que os limites para esta disputa são estreitos no interior do governo, quer pelo fechamento de espaços a qualquer “política econômica de transição” para outro modelo, quer pela postura adotada por Lula, que ao implementar um alargamento da política de alianças tece laços mais profundos com setores burgueses beneficiados pela política econômica.

Paradoxalmente, esta situação tende a liberar potencial para uma disputa mais efetiva em outras frentes de atuação. A disputa no próximo período terá um caráter muito mais “defensivo”, mas nem por isto menos importante do ponto de vista ideológico e estratégico: se trata de ganhar forças para impedir um aprofundamento e aceleração da política delineada por Lula e pela ala monetarista do governo.

Esta é uma batalha que será travada principalmente no movimento de massas e terá rebatimentos importantes na pauta parlamentar. Mas é preciso ter claro que o sucesso desta disputa está condicionado à nossa capacidade de fazê-la incidir com força no interior do PT, principalmente no processo do PED 2005.

Dentre outros elementos importantes, o acompanhamento da pauta parlamentar ganha uma evidência enorme, sendo da máxima importância a construção de uma sintonia fina entre a nossa atuação nas frentes de massa e a nossa frente parlamentar.

É preciso superar situações como a que vivenciamos na votação da proposta do salário mínimo, em que a maioria da bancada da AE votou de maneira contrária à orientação da Direção Nacional da corrente.

É com esta orientação geral que participaremos do processo de eleição das direções partidárias.

Apresentaremos nosso programa, nossa minuta de chapa e nossa pré-candidatura a presidente, para todas as tendências, grupos e personalidades que integram o PT. Propomos alianças municipais, estaduais e nacionais para todas aquelas tendências, grupos e personalidades que

coincidirem com as posições expressas neste documento ou que venham a ser construídas no processo de debate da esquerda petista.

Queremos unir a esquerda petista em torno de uma única plataforma programática. Por isso, trabalharemos para que a discussão fraterna de nossas divergências possa resultar em sínteses políticas que fundamentem uma atuação unificada, nos movimentos sociais, nos governos, nos parlamentos e no PED 2005, tendo em vista que isto seria fundamental para dar visibilidade e potência para a disputa que travamos pelos rumos do governo e do PT.

E, mesmo que não tenhamos sucesso na construção de uma chapa única da esquerda petista, disputaremos as eleições partidárias com o objetivo de ganhar as bases do PT para uma mudança de rumos, do governo e do próprio Partido.

### **Resoluções organizativas**

A VII Conferência Nacional aprova, ainda, as seguintes resoluções organizativas:

1. Convocar uma reunião do Conselho Político Nacional da AE, no dia 25 de janeiro de 2005, em Porto Alegre, na véspera do Fórum Social Mundial.

2. Encarregar a direção nacional de aprovar e submeter à tendência:

a) uma resolução sobre política internacional;

b) uma orientação para a atuação parlamentar do PT em todos os níveis, incluindo nossa política para a renovação das lideranças de bancadas.

c) uma proposta para os governos estaduais e municipais em que atuamos.

3. Realizar em janeiro de 2005, durante o FSM, em conjunto com outras tendências da esquerda petista, um encontro para debater a nossa alternativa de política econômica. Também durante o FSM, realizar um grande ato político-cultural, para debater os rumos do Brasil e do Partido dos Trabalhadores.

4. Encarregar a direção nacional de elaborar, em conjunto com as direções estaduais e municipais, um balanço de nossa atuação nas eleições de 2004, em particular nos estados, cidades, prefeituras e candidaturas que hegemonizamos.

5. Encarregar a direção nacional de realizar, em conjunto com nossos companheiros que atuam no governo federal, um seminário nacional de balanço setorial do governo federal, em particular da secretaria especial de aquicultura e pesca e outras áreas em que atuamos. Este seminário será estruturado em torno dos seguintes eixos de debates:

a) avaliação e balanço das políticas setoriais e públicas; política de Estado e governo; avaliação da relação Estado-sociedade: movimento social e popular, setoriais, organizações etc.

b) estratégia de atuação nas diferentes esferas do governo, sobre políticas de desenvolvimento, inversão de prioridades, controle social do Estado e políticas sociais articuladas com as táticas de disputa dos rumos do governo, PED e eleições 2006.

6. As direções estaduais devem organizar, no seu âmbito, seminários com os parlamentares, prefeitos e companheiros com atuação em órgãos federais de âmbito regional (INCRA, DFA'S, IBAMA, CGTE, ELETROSUL etc.), com o intuito de discutir à luz das conjunturas estaduais nossa intervenção nesses espaços institucionais. Tais seminários devem compreender:

a) avaliação e balanço das políticas setoriais e públicas, políticas de Estado e governo, relação Estado-sociedade, movimentos sociais e governo;

b) estratégia de atuação dos companheiros nas esferas de governo e parlamento.

7. Indicar, aos nossos integrantes do Diretório Nacional, que apresentem um questionamento político e ético contra a atitude de integrantes da direção nacional do PT que, no segundo turno das eleições municipais, apoiaram candidaturas contra a posição das respectivas direções locais.

8. Reforçar politicamente a direção nacional e reforçar organizativamente o secretariado nacional, com os seguintes objetivos principais:

a) construir, ao longo de 2005, direções da AE nos 27 estados brasileiros e nas 96 maiores cidades.

b) acompanhar de maneira sistemática as coordenações setoriais (sindical, juventude, mulheres) e a frente de massas;

c) iniciar a implantação dos organismos de base da tendência.

9. Convocar, para março de 2005, na cidade de Recife, a Conferência Sindical Nacional da AE.

10. Realizar, durante o ano de 2005, a primeira Jornada de formação política da AE, centrada em dois grandes temas: socialismo e estratégia. Realizar no primeiro trimestre de 2005 um curso nacional de formação de formadores, em torno desses temas. Realizar no segundo trimestre um curso por estado onde a tendência estiver organizada. Estas e outras atividades de formação devem ser combinadas com a campanha do PED.

11. Continuar organizando a Editora Página 13, que deve lançar, em 2005 e 2006, livros de bolso e a agenda 2006.

12. Manter a periodicidade mensal do Página 13 e ampliar a tiragem gradualmente, até atingir 12 mil exemplares mensais (5 leitores por jornal, 60 mil leitores, 10% do total de filiados que votarão no PED).

13. O secretariado nacional da tendência fica autorizado a tomar todas as providências necessárias para ampliar a tiragem do Página 13, dos atuais 3 mil exemplares mensais, para 5 mil exemplares quinzenais, até o final do primeiro semestre.

14. Compete à direção nacional da AE apresentar a todas as tendências, grupos e personalidades do PT as resoluções da VII Conferência, que constituem a base programática com a qual a AE vai participar do PED.

15. Compete às direções nacional, estaduais e municipais da AE, realizar reuniões bilaterais e multilaterais com todas as tendências, grupos e personalidades da esquerda petista, bem como com outros setores que estejam em conflito com a orientação hegemônica no governo federal, com objetivo de construir chapas e candidaturas em comum.

16. Compete à direção nacional da AE realizar, até fevereiro de 2005, uma reunião ampliada com a presença de representantes de todas as direções estaduais da tendência, para fazer o mapa do PED 2005 e definir uma tática fina para a composição das chapas.

17. Compete à direção nacional da AE organizar, de janeiro a junho de 2005, atividades de apresentação de nossa proposta nas 148 maiores cidades brasileiras, onde devemos realizar visitas e debates políticos com todas as tendências, grupos regionais e personalidades; com os militantes que dirigem sindicatos, movimentos populares, entidades estudantis e organizações do campo; com os parlamentares e executivos do PT e do campo democrático e popular; bem como o contato com os meios de comunicação.

18. A AE abrirá o processo de debate na esquerda do PT, buscando a construção de uma chapa com toda a esquerda ou com setores com quem consigamos unidade. Apresentaremos às demais forças da esquerda nossa pré-candidatura à presidência do PT. Realizaremos em maio de 2005 uma plenária nacional, para deliberarmos sobre o fechamento da chapa e a presidência.

19. Garantir espaços diversos de intercâmbio entre os mandatos parlamentares estaduais e municipais da AE, criando condições de debate e troca de experiências, com o objetivo de fortalecer a presença nas casas legislativas, qualificar a ação de nossos parlamentares na defesa do projeto socialista, democrático e popular.

20. Só poderão ser credenciados, na VIII Conferência Nacional e nas conferências estaduais preparatórias, delegados que sejam assinantes do jornal *Página 13*.

21. A direção nacional da AE deve iniciar o planejamento de nossa atuação nas eleições de 2006, com destaque para as candidaturas a Senado e Governador, nos estados do RS, SC, ES e MS.

### **Regimento interno da AE**

A Articulação de Esquerda (AE) é uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Existe para a defesa de um PT de luta, de massa, democrático, socialista e revolucionário. Nossas posições políticas e programáticas estão expostas nas resoluções das conferências e seminários nacionais que realizamos desde 1993.

Nosso objetivo tático, na disputa pelos rumos do PT, é alterar a política seguida pelo governo federal, nosso objetivo estratégico é reconstruir o PT enquanto partido democrático, revolucionário e socialista.



### *Estrutura organizativa*

A Articulação de Esquerda é constituída por militantes do PT, que contribuem financeiramente com a AE, que tenham acordo e centralidade com a política nacional da corrente e participem de um coletivo da tendência.

O militante petista que quiser ingressar na AE deve formalizar esta intenção junto a uma instância de direção da tendência. Cabe à instância aprovar ou não, em reunião convocada para este fim, o ingresso de cada militante. A decisão da instância deve ser comunicada a toda a tendência, cabendo recurso da decisão às instâncias superiores.

A tendência possui os seguintes níveis de decisão e de direção: conferência bi-anual, plenária anual, conselho político nacional, direção nacional, comissão política e secretariado.

A conferência bi-anual é a instância máxima no seu âmbito (nacional, estadual, regional, municipal, setorial). A conferência bi-anual nacional é composta por delegados eleitos nas conferências bi-anuais estaduais. A conferência bi-anual estadual é composta por delegados eleitos nas conferências bi-anuais de base (regional, municipal ou setorial). A conferência territorial, municipal ou setorial é composta por todos os militantes afeitos.

As conferências da AE são bi-anuais e deliberam sobre nosso programa, estratégia, tática e política de organização, bem como elegem as direções e definem a composição e periodicidade das plenárias. Cabe à direção política nacional convocar o processo de conferências e normatizar a proporção de eleição de delegados.

As conferências da AE são abertas às forças da esquerda petista, sem prejuízo de momentos reservados apenas à tendência.

A plenária anual é uma instância deliberativa intermediária, entre a conferência bi-anual e as direções. A plenária deve ser composta por delegações eleitas nos estados, na proporção da conferência anterior, sendo que todo estado tem no mínimo direito a 1 voto.

No caso das instâncias municipais, a plenária deve ser composta por todos os militantes da AE.

As plenárias da AE se realizam pelo menos uma vez por ano, entre as conferências, para avaliar e adequar a política da tendência as necessidades da conjuntura interna ou externa. Cabe à direção política nacional convocar a respectiva plenária.

O Conselho Político Nacional plena, com 51 integrantes, sendo 1 representante por estado, parlamentares federais, membros do DN, DNCUT, DNUNE, DNCMP, DNMST e presidentes dos DRs. O conselho político nacional se reunirá trimestralmente.

A direção nacional, com 17 membros, eleita por voto secreto, reunir-se-á mensalmente.

A comissão política, com 5 membros, reunir-se-á sempre que necessário e quando não for possível reunir a direção nacional.

O secretariado, com 5 membros, eleito por voto secreto, reunir-se-á mensalmente.

Só podem ser eleitos para as direções da tendência, em todos os níveis, militantes da AE que sejam assinantes do jornal *Página 13*.

Compete ao secretariado conduzir as seguintes tarefas: organizar as políticas de comunicação, finanças, formação, relações internacionais, a frente institucional e a frente de massas. Compete, também, conduzir as medidas operacionais relativas a 2005 e 2006.

Cabe à direção nacional publicar o *Página 13* e os documentos da tendência, acompanhar cotidianamente nossa ação nos movimentos sociais, nos governos, no parlamento e no Partido; acompanhar a organização da tendência nos estados e criar a AE onde ela ainda não existe.

A direção nacional deve indicar responsáveis pelas seguintes tarefas: frente de massas; frente institucional; frente interna (editor do *Página 13*; formação política; acompanhamento dos estados; finanças).

A frente de massas deve reunir-se semanalmente, sendo composta por todos os militantes da AE que dirigem entidades de massa de caráter nacional ou que ocupam secretarias de massa do partido.

A frente institucional deve organizar reuniões periódicas de nossos parlamentares; e reuniões periódicas de nossos/as executivos/as, para discutir a atuação da tendência no legislativo e nos governos. Compete à frente institucional planejar, em primeira instância, nossa política para as disputas eleitorais.

A frente interna deve realizar reuniões mensais, para discutir a construção da tendência nos estados e nacionalmente, planejar e organizar as atividades de formação política, acompanhar a arrecadação financeira e avaliar o *Página 13*.

Compete às conferências (municipais, estaduais e nacional) eleger uma Comissão de Ética, com a competência de receber reclamações e denúncias, investigar acusações e propor medidas relativas aos casos de infração à ética dos militantes da AE.

A Comissão de Ética deve ser composta por três militantes, eleitos pelo voto secreto dos delegados à Conferência Nacional.

As direções da tendência, em todos os níveis, só apreciarão casos de infração à ética com base em parecer prévio das respectivas comissões de ética.

*Composição e tarefas da plenária nacional*

A plenária nacional anual será composta pelos membros da direção nacional da AE; pelos membros da AE que integram o Diretório Nacional do PT, as direções nacionais da UNE, da CMP, do MST e da CUT; pelos parlamentares federais e estaduais; pelos prefeitos e vice-prefeitos; pelos presidentes estaduais do partido; e por representantes indicados pelas coordenações estaduais, em número a ser definido pela executiva nacional, mas sempre em proporção equivalente ao da IV Conferência (ou, caso seja possível, pelos delegados ao Encontro Nacional do PT eleitos por cada estado).

### *Página 13*

O jornal *Página 13* é dirigido politicamente pela direção nacional da AE, por intermédio do editor. A definição da pauta cabe ao conselho de redação, que será composto por companheiros também indicados pela direção.

O editor do jornal *Página 13* é convidado permanente para as reuniões da direção nacional da tendência.

Cada estado definirá dirigentes responsáveis pela sucursal jornalística e pela distribuição do jornal *Página 13*.

### *Listas de debate na internet*

Compete à direção nacional da tendência criar e gerenciar as listas de debates na internet.

Da LISTA DNAE devem fazer parte os membros da direção nacional, do conselho político nacional da AE, da coordenação sindical nacional, da coordenação nacional de juventude, da coordenação nacional de mulheres e da frente de massas nacional.

Da LISTA ESTADOS devem fazer parte os membros da LISTA DNAE e todos os dirigentes estaduais da tendência (membros de direções estaduais, dos conselhos políticos estaduais, das coordenações estaduais de juventude e sindical, da frente de massas estaduais).

Da LISTA BRASIL podem fazer todos os militantes da AE que desejem fazê-lo.

Podem ser criadas LISTAS DE TRABALHO, voltadas para circular informações restritas aos membros de uma determinada instância.

As direções estaduais devem adotar procedimento similar nos estados.

### *Finanças*

A AE é sustentada pela contribuição financeira individual de seus militantes e pela venda de nossos materiais. Qualquer outra fonte de recursos deve ser discutida junto à DNAE.

Cada militante da AE deve pagar sua contribuição financeira anual, através da aquisição da “carteira de militante” e da assinatura anual do *Página 13*.

O custo da aquisição da carteira será variável e proporcional ao salário recebido por cada militante, cabendo à direção nacional da AE regulamentar tais valores.

O valor arrecadado com a venda das carteiras e com a venda de assinaturas do *Página 13* será repartido entre a instância nacional, estadual e municipal, em proporção a ser definida pela direção nacional.

As tabelas de valor serão definidas pela direção nacional, em dezembro de cada ano. Em 2005, excepcionalmente, esta definição será feita em janeiro (para 2005) e dezembro (para 2006).

A “carteira de militante” é o que dá direito a participar do processo de conferências da AE, em qualquer nível.